

**MODOS DE (RE)CONFIGURAÇÃO DA GRAMÁTICA TEXTUAL:
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LEITURA E ESCRITA**

António Carvalho da Silva
Universidade do Minho, Braga/Portugal
acsilva@ie.uminho.pt

0. Resumo

Na sequência de uma investigação cujo objecto era o conhecimento gramatical escolar (Silva, 2008), na qual se realizaram análises diversas a partir de um *corpus* de 15 gramáticas de Português, pretende-se, agora, introduzir um olhar específico sobre os modos de (re)configuração da *gramática do texto* (Lewandowski, 1986: 176) ou da *gramática do discurso* (Xavier & Mateus, 1992: 193).

Assumimos, aqui, como hipótese de reflexão, a de que o conhecimento gramatical se institui não só como saber declarativo da aula de Português, mas também como conteúdo instrumental, que pode fundamentar as competências de leitura e de escrita.

Nesse sentido, a motivação central desta comunicação será a de apresentar dados da análise de conteúdo desses compêndios, em particular do subdomínio da linguística textual com o objectivo de avaliar a perspectiva dos gramáticos relativamente à função instrumental do ensino da gramática.

Assim, estaremos a contribuir para que se continue, tal como pensa Crystal (1992), a *redescobrir a gramática*, ao nível do domínio textual.

1. Introdução

O presente artigo, desenvolvido na sequência de outros que têm como objecto comum de estudo as gramáticas escolares portuguesas, seleccionou uma perspectiva específica de análise, em que se tenta avaliar uma possível reconfiguração da gramática textual na sequência da implementação da nova TLEBS, ou seja, da *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*, publicada (e aplicada) a título de experiência pedagógica desde 2004.

Esta análise comparativa (a das práticas de descrição gramatical) torna-se possível, na medida em que, para além de um *corpus* inicial de 15 gramáticas de Português (ver adiante *Corpus A*), estabelecemos um paralelo com um outro *corpus* de 10 gramáticas (ver *Corpus B*). O que diferencia o *corpus* inicial é que as 15

gramáticas tinham como referente os Programas de Português de 1991, ao passo que o segundo *corpus* (10 gramáticas) reúne manuais editados na sequência da TLEBS (edições entre 2004 e 2008).

No sentido de tornar este estudo ainda mais específico, optamos por utilizar o critério de análise através do qual fosse viável comparar os dois *corpora* e avaliar, em específico, a presença de um capítulo sobre gramática textual. Um capítulo desta natureza ocorre esporadicamente nas gramáticas posteriores a 1991, mas espera-se que surja com maior frequência nas gramáticas posteriores a 2004, em consequência da introdução de um domínio na TLEBS (B7), o da “Pragmática e linguística textual”, que aponta exactamente nesse sentido.

Uma outra dimensão (a dos discursos), que será contemplada neste artigo, tem a ver com a afirmação que os gramáticos fazem (nos textos de abertura das obras) da possibilidade de a (sua) gramática contribuir para o desenvolvimento de competências verbais de leitura e de escrita e, que estão, como se compreende, relacionadas com os conhecimentos textuais. É evidentemente nesse sentido que aponta o título deste texto, afirmando a hipótese de a gramática textual potenciar o desenvolvimento das competências verbais.

Assim sendo, depois desta introdução, este texto desenvolver-se-á nas seguintes partes: breve discussão teórica sobre as competências de leitura e de escrita, sobre a gramática textual e as áreas que a terminologia inscreve na descrição gramatical; apresentação e justificação dos dois *corpora*, seguida das suas dimensões analíticas; discussão dos dados e apresentação de algumas conclusões.

2. Das competências verbais à gramática textual

Como ficou dito, o desenvolvimento deste artigo assenta no pressuposto, defendido por uns (normalmente gramáticos) e desmentido por outros (habitualmente linguistas) de que o domínio do saber gramatical é fundamental para o desenvolvimento das competências verbais de leitura e de escrita. No presente contexto, será mesmo ponderado até que ponto o conhecimento relativo à gramática textual é entendido, quer nos discursos, quer na prática, como potencial fundamento da literacia. Todavia, no campo didáctico e no campo pedagógico, há quem assuma posições um pouco distantes desta, como aquela que foi enunciada por Castro (1995: 444):

“[...] no discurso e nas práticas dos professores, como no articulado dos programas oficiais, assiste-se a uma clara desvalorização do conhecimento entendido como dotado de potencialidades em si mesmo; ou seja, a importância que se atribui à aquisição da informação linguística aparece vinculada a uma sua presumida implicação no desenvolvimento das competências de comunicação [...]”

Em todo o caso, para chegarmos à compreensão desses aspectos, percorreremos o seguinte caminho: recapitulação de alguns dados do estudo de Silva (2008), com uma referência particular aos aspectos que dizem respeito aos discursos sobre a promoção de competências e aos capítulos da gramática textual; depois disso, definem-se os objectivos do estudo e apresentam-se os *corpora*; por fim, discutem-se os novos dados relativos às gramáticas que põem em prática as inovações da TLEBS de 2004.

Ao fixar um modelo descritivo da organização interna das gramáticas publicadas na sequência dos Programas de 1991 (Silva, 2008), o que foi feito pela análise contrastiva de quatro gramáticas teóricas de referência e dos três textos da nossa terminologia (o de 1967, o de 1991 e o 2004), pudemos concluir que, num modelo de gramática escolar, será possível encontrar um total de 16 capítulos, de entre os quais citamos: 0. *Introdução à Gramática*, 6. *Morfologia*, 7. *Sintaxe*, 9. *Pragmática*, 10. *Gramática do Texto*.

Particular significado teve a introdução, nesses compêndios, de um capítulo autónomo sobre Pragmática e/ou Linguística Textual, e a extensão sobre o capítulo da Morfologia:

“Sublinhe-se que, como sempre acontecerá, o capítulo mais extenso desta obra [G11] é o da Morfologia. Para confirmar a importância do “estudo das formas das palavras” na gramática escolar, acrescente-se este dado: se as 15 gramáticas escolares têm uma média de 289 páginas (incluindo prefácios, anexos e índices).” (Silva, 2008: 363)

Mesmo assim, há já cinco compêndios deste *corpus* de gramáticas mais velhas (a G06, a G09, a G10, a G12 e a G14) que incluem um capítulo autónomo dedicado à Gramática do Texto¹, ocupando mesmo um quarto lugar (Cf. Silva, 2008: 367, quadro 15) entre os capítulos com um maior número de páginas: 122 páginas, o que equivale a cerca de 31 páginas por gramática.

Em termos de análise destas 15 gramáticas, o que se pode concluir é que elas ainda estão muito subordinadas à tradição gramatical (isto em termos da sua organização interna), havendo porém uma parte significativa delas que dedica algumas páginas à nova Gramática do Texto, pese embora o facto de não assumirem, pelo menos quanto aos seus discursos², uma relação directa entre aprendizagem da gramática e desenvolvimento de competências.

No fundo, o objectivo central da análise das gramáticas escolares é a identificação de categorias relativas à linguística textual, como as que enuncia Adam (1997)³, “textos”, “tipos” e “protótipos” textuais, e de tipologias textuais como as que propõe: narração, descrição, argumentação, explicação e diálogo.

3. Definição dos objectivos, dos *corpora* e dos critérios de análise

Tendo em consideração que a finalidade deste artigo é a de verificar em que medida o conhecimento de itens da gramática se institui quer como saber declarativo da aula de Português (conhecimento que vale por si próprio), quer como conteúdo instrumental, ou seja, como saber que promove competências e que

¹ No contexto deste artigo, é esta a definição de texto que seguimos (Cf. Casanova, 2009: 300): “Tradicionalmente concebido como uma forma escrita, o texto hoje é pensado como um DISCURSO, podendo ser oral ou escrito, podendo ser uma troca conversacional ou qualquer outra forma coesa e coerente de conversação.”

² Apesar de tudo, os títulos de algumas gramáticas apontam o valor instrumental da gramática: “Estas gramáticas [...] dizem dar destaque à *aprendizagem da língua*, à *construção do conhecimento gramatical*, a percursos que vão *da palavra ao texto*, da *comunicação à expressão*, ou até da *gramática à língua e ao discurso*.” (Silva, 2008: 345)

³ Adam (1997: 15) distingue assim *enunciado* de *texto*: “Un énoncé - ‘texte’ au sens d’objet matériel oral ou écrit, d’objet empirique -, observable et descriptible, n’est pas le *texte*, objet abstrait construit par définition et qui doit être pensé dans le cadre d’une théorie (explicative) de sa structure compositionnelle. Cette définition du TEXTE comme objet abstrait, opposé au DISCOURS, est assez unanimement admise aujourd’hui.”

fundamenta, em particular, as de leitura e de escrita, definimos, já de seguida, os objectivos que orientam a investigação empírica que agora se inicia.

Assim, constituem-se como objectivos principais deste artigo estes três:

a) Identificar os compêndios de gramática que, nos seus textos de abertura, enunciam, directa ou indirectamente, a promoção de competências verbais/textuais;

b) Delimitar, nos *corpora* A e B, os conteúdos dedicados à gramática do texto nas gramáticas que possuem um capítulo a ela dedicado;

c) Avaliar os conteúdos da gramática textual que mais directamente contribuirão para o desenvolvimento de competências verbais.

Numa dimensão mais global, este estudo é um primeiro passo para começarmos a questionar se uma possível mudança provocada pela TLEBS terá trazido alterações nos discursos e na organização interna das gramáticas e nas concepções de ensino da língua.

Como já se foi verificando, são parcas as referências directas, nas gramáticas republicadas depois de 1991, às relações entre promoção de competências e conhecimento da gramática textual. Mesmo assim, há sinais que apontam no sentido da expansão dessa área da gramática e de uma aproximação entre *saber gramática* e *saber fazer coisas com a gramática*. É exactamente isso que pretendemos comprovar agora que passamos à análise particular do *corpus* B (gramáticas publicadas por altura da TLEBS). Antes, porém, fazemos a apresentação dos dois *corpora* e discutimos as dimensões de análise e os objectivos fundamentais relativos ao estudo do *corpus* A.

O conjunto dos compêndios que fazem parte do *corpus* A foi constituído tendo como documento de referência os Programas Curriculares de Português de 1991, no sentido de se avaliar até que ponto os novos programas alteraram as gramáticas, já que todas elas afirmam, nas suas capas, estar “de acordo com os novos programas”. Assim, para integrar o *corpus* em questão, porque se tornava difícil localizar as primeiras edições das obras, optou-se por seleccionar as edições que tivessem saído do prelo pelo menos uma vez depois de 1991, que existissem no mercado editorial entre 2002/03 e 2003/04, o que levou a que daí resultasse uma grande diversidade de anos de edição: 1998, G14 e G15; 2000, G07 e G08; 2003, G09; e uma enorme disparidade de números de edição: desde 1ª edição (G04, G06, G09, G10, G14) até a uma 17ª edição (G05).

Um outro critério para a escolha dos compêndios foi o de que eles se destinassem ao 3º ciclo do Ensino Básico e/ou ao Ensino Secundário, o que se foi conseguindo, quase sempre, uma vez que as gramáticas fazem questão de indicar o seu público preferencial.

Finalmente, aplicámos um último critério de selecção, ou seja, que a gramática se adequasse a uma definição formulada de *gramática escolar*: “manual de uso facultativo que, sendo utilizado em contexto escolar, se diz destinado ao ensino explícito da língua, privilegiando a exposição de conteúdos gramaticais em detrimento da realização de exercícios.” (Silva, 2008: 243)

Corpus A: Gramáticas escolares de Português republicadas depois dos Programas de 1991

G01-3: *Aprender Português. Gramática Teórico-Prática* de Júlio Martins, Leonor Sardinha e Ernestina Bragança. Lisboa: Didáctica Editora, 1999, 9ª ed.;

G02-S: *Breve Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999, 12ª ed.;

G03-3/S: *Compêndio de Gramática Portuguesa* de A. Gomes Ferreira e J. Nunes de Figueiredo. Porto: Porto Editora, 2002 [sem número de edição];

G04-B: *Construindo a Gramática. Língua Portuguesa* de Maria Ângela Rezende e Maria José Viegas. Lisboa: Areal Editores, 2001, 1ª ed., 7ª tir.;

G05-3/S: *Da Comunicação à Expressão. Gramática Prática de Português* de M. Olga Azeredo, M. Isabel Freitas M. Pinto e M. Carmo Azeredo Lopes. Lisboa: Lisboa Editora, 2001, 3ª ed., 1ª tir.;

G06-3: *Da Palavra ao Texto. Gramática da Língua Portuguesa* de Olívia Maria Figueiredo, Rosa Porfíria Bizarro e Mário Vilela. Porto: Edições Asa, 2002, 1ª ed., 5ª tir.;

G07-3/S: *Gramática Básica da Língua Portuguesa* de Maria Beatriz Florido, Maria Emília Duarte da Silva e Joaquim Fonseca. Porto: Porto Editora, 2000 [sem número de edição];

G08-B/S: *Gramática de Português* de José M. de Castro Pinto. Lisboa: Plátano Editora, 2000, 4ª ed.;

G09-S: *Gramática do Português Actual* de José de Almeida Moura. Lisboa: Lisboa Editora, 2003, 1ª ed.;

G10-3: *Gramática do Português Moderno* de J. M. de Castro Pinto, Mª do Céu Vieira Lopes e Manuela Neves. Lisboa: Plátano Editora, 2000, 6ª ed.;

G11-B/S: *Gramática do Português Moderno. Remodelada* de José Manuel de Castro Pinto e Maria do Céu Vieira Lopes. Lisboa: Plátano Editora, 2002, 1ª ed.;

G12-2/3: *Gramática Universal Escolar. Língua Portuguesa* de Ana Paula Dias, Fernando Martins, Georgina Palma, Manuela Góis e Manuela Lapa. Lisboa: Texto Editora, 2001, 6ª ed.;

G13-3/S: *Gramática Universal. Língua Portuguesa* de António Afonso Borregana. Lisboa: Texto Editora, 2002, 9ª ed.;

G14-S: *Itinerário Gramatical. A gramática na Língua e a Língua no discurso. Gramática da Língua Portuguesa* de Eunice Barbieri de Figueiredo e Olívia Maria Figueiredo. Porto: Porto Editora, 1998, 1ª ed.;

G15-3/S: *Nova Gramática de Português* de Carmen Nunes, Maria Luísa Oliveira e Maria Leonor Sardinha. Lisboa: Didáctica Editora, 1998, 6ª ed..

4. Análise dos discursos e das descrições de gramáticas anteriores à TLEBS

Como se estabeleceu, em relação ao *corpus* A, aquilo que se pretende analisar é se os gramáticos afirmam, nos seus discursos, a importância ou a pertinência da gramática textual para a promoção das competências verbais. Nesse sentido, o *corpus* inicial ficou reduzido a cinco gramáticas, aquelas que possuem um capítulo sobre gramática textual (G06, G09, G10, G12, G14).

Quanto aos critérios de análise, eles são essencialmente três, materializando-se depois nas diferentes dimensões de análise:

- a) Descrição dos discursos dos textos de abertura de cinco compêndios de gramática;

b) Comparação da organização interna das diferentes gramáticas, em particular na definição da gramática do texto e de conceitos próximos;

c) Identificação do potencial instrumental desses conteúdos gramaticais.

Ao analisar os textos de abertura dos compêndios, foi possível identificar, nos seus discursos, aquilo que designamos *função instrumental da gramática* (presente em 10 compêndios: G01, G02, G04, G05, G06, G09, G12, G13, G14, G15) que se traduz na afirmação das potencialidades dos saberes gramaticais para o desenvolvimento das competências de leitura e de escrita.

Numa observação subsequente, identificámos as cinco publicações que têm um capítulo sobre Gramática do Texto, a saber: G06, *Da Palavra ao Texto*; G09, *Gramática do Português Actual*; G10, *Gramática do Português Moderno*; G12, *Gramática Prática de Português*; G14, *Itinerário Gramatical*. Entretanto, há que sublinhar que, no caso da G10, que não assumia uma função instrumental, surge um capítulo sobre linguística textual, o que lemos como um indício do relevo que os autores atribuem ao domínio dos mecanismos da produção textual.

Vejam, porém, mais concretamente, quais as propostas que cada uma das cinco gramáticas faz nos textos de abertura e, de seguida, que conteúdos propõe como mais relevantes para a promoção de competências verbais.

A gramática G06, na sua introdução (p. 3), afirma que “este manual introduz o estudo de textos de acordo com o seu **modo de organização em discurso**: textos descritivos, narrativos e argumentativos”, acrescentando ainda os autores que partem da Gramática dos Sons, passando pelas Gramáticas das Palavras e da Frase, para chegar à **Gramática do Texto**. Ora, se o seu título (*Da Palavra ao Texto*) já indiciava que este manual dava grande valor ao texto como verdadeira unidade de comunicação, o discurso dos autores vem tornar ainda mais clara essa opção.

O autor da G09, no prefácio (p. 5), diz que esta obra “parte do estudo das palavras” para chegar “à reflexão sobre a organização sintáctica das frases, à enunciação do texto e aos níveis de língua em que ele se codifica para a comunicação.” Ora, também aqui não restam dúvidas sobre o papel relevante que o gramático atribui à dimensão textual e comunicativa da construção da língua.

No breve prefácio da G10 (p. 13), nada se afirma sobre a dimensão textual da gramática; apenas se refere a necessidade de actualização das obras escolares, como é o caso desta gramática.

No texto de abertura da G12 (p. 3), argumentam as autoras que a sua gramática foi objecto de uma “profunda remodelação”, como consequência das “mais recentes orientações programáticas, nomeadamente no que diz respeito à ‘gramática de texto’.” Mesmo que noutros termos, esta é mais uma gramática que enuncia a novidade que constituem as dimensões textuais da língua.

Enfim a G14, mais uma vez na introdução (p. 3), esclarece que este manual de gramática tem subjacentes três fundamentos: “os programas em vigor”, “a tradição gramatical” e “a Teoria textual” ou a

“linguística do texto”, concluindo-se assim que o texto será a unidade maior dos estudos gramaticais, à qual se atribui um elevado valor.

Mesmo que, num *corpus* de 15 gramáticas, haja só quatro que, em termos dos discursos, explicitem os argumentos que justificam a introdução da tendência da gramática do texto, tal não deixa de ser significativo quanto ao papel na linguística na reorganização da gramática. Isto é ainda mais relevante, na medida em que as cinco gramáticas abordam o tópico da coesão e da coerência textual e incluem uma alínea sobre tipos de texto, sempre no capítulo intitulado “O Texto” (G09 e G12), “Gramática do Texto” (G06), “Estudo do Texto” (G14) ou “Pragmática” (G10).

A primeira gramática analisada, a G06 (p. 164), apresenta definições de Gramática do Texto e de Comunicação que as implicam na promoção de competências verbais, sobretudo quando afirmam que “A gramática do texto analisa as regras que regem a sequência coerente de frases dentro de um **quadro comunicativo.**”

A G09 (p. 254) opta por indicar o conceito de texto, considerando que “O *texto* pode ser definido como o produto em si, oral ou escrito e monológico ou dialógico, de um discurso autónomo, coerente, coeso e completo, sendo o *discurso* tudo o que, num determinado contexto, se diz ou escreve para agir, isto é, para produzir um efeito sobre alguém.”⁴

Depois desta breve abordagem aos capítulos que têm o texto como objecto e que, de algum modo, nos fazem ver a ligação entre texto e discurso e competência e comunicação, passamos à descrição de um tópico que é recorrente nas cinco gramáticas – o dos tipos de texto – para, de seguida, explicitarmos qual será o objectivo da presença destes conteúdos na gramática textual.

São estes os protótipos textuais que cada uma das cinco gramáticas descreve:

G06: modo descritivo, modo narrativo, modo argumentativo (pp. 183-200);

G09: parágrafo narrativo ou cronológico, parágrafo descritivo, parágrafo expositivo-argumentativo (pp. 255-256)⁵;

G10: texto narrativo, texto descritivo, texto dialogal-conversacional, texto argumentativo, texto expositivo-explicativo, texto obrigativo-instrucional (pp. 230-235);

G12: sequência narrativa, sequência descritiva, sequência dialogal, sequência argumentativa, sequência explicativa (pp. 332-346);

G14: texto narrativo, texto descritivo, texto argumentativo, texto explicativo (pp. 125-146).

Assim, quer se designem “modos de organização do discurso” (G06), “parágrafos” (G09), “tipos de texto” (G10), “sequências textuais” (G12), quer “tipologias textuais” (G14), a verdade é que devemos

⁴ A G10 não apresenta nenhuma definição, nem de texto nem de gramática de texto; as gramáticas G12 e G14 incluem as suas definições de texto.

⁵ O autor da G09 define genericamente texto, mas opta por atribuir a uma unidade estrutural menor (o parágrafo) as classes que todos os outros gramáticos associam ao texto – unidade maior de sentido.

acreditar que estes gramáticos têm em mente um tipo de conhecimento especializado sobre a organização dos textos que vêem como aprendizagens significativas para os aprendentes.

Por outro lado, o facto de três categorias serem recorrentes (textos narrativo, descritivo e argumentativo) significa que os compêndios de gramática já se ocupam de alguns conteúdos comuns que não podem passar ao lado das actividades de ensino-aprendizagem em que os alunos do ensino básico e secundário necessariamente se envolvem.

Aquilo que podemos deduzir é que, mesmo que não afirmados abertamente, os objectivos que justificam a inclusão de uma secção da gramática textual estão subjacentes à organização de um capítulo desta natureza, sobretudo por estar aliada à pragmática e aos seus objectivos.

Corpus B: Gramáticas Escolares de Português publicadas na sequência da TLEBS (2004)

- G01: *Gramática Aplicada - Língua Portuguesa* de Ana Martins. Porto: Porto Editora, 2008, 208 pp.;
- G02: *Gramática da Língua Portuguesa* de Clara Amorim & Catarina Sousa. Porto: Areal Editores, 2006, 368 pp.;
- G03: *Gramática de Português para todos* de José Manuel de Castro Pinto. Lisboa: Plátano Editora, 2007, 304 pp.;
- G04: *Gramática de Português* de Vasco Moreira & Hilário Pimenta. Porto: Porto Editora, 2008, 352 pp.;
- G05 *Gramática do Português Moderno* de José Manuel de Castro Pinto, Maria do Céu Vieira Lopes & Zacarias Nascimento. Lisboa: Plátano Editora, 2006, 319 pp.;
- G06: *Gramática pedagógica e cultural da Língua Portuguesa* de Álvaro Gomes. Porto: Edições Flumen/Porto Editora, 2006, 368 pp.;
- G07: *Gramática Prática de Português. Da comunicação à expressão* de M. Olga Azeredo, M. Isabel Freitas M. Pinto & M. Carmo Azeredo Lopes. Lisboa: Lisboa Editora, 2006, 448 pp.;
- G08: *Nova Oficina de Gramática* de Ermelinda S. Silva, M. Lurdes Maia, M. Manuela Gandra & M. Rosário Ferreira. Porto: Edições Asa, 2006, 255 pp.;
- G09: *Nova Terminologia Linguística para os ensinos Básico e Secundário* de Carla Marques, Inês Silva & Paula Cristina Ferreira. Porto: Edições Asa, 2006, 224 pp.;
- G10: *Saber Português Hoje. Gramática Pedagógica da Língua Portuguesa* de Luísa Oliveira & Leonor Sardinha. Lisboa: Didáctica Editora, 2005, 256 pp..

5. Estudo das gramáticas posteriores à TLEBS

Mantendo-se os mesmos objectivos e os idênticos critérios de análise do *Corpus A*, apresentam-se agora os dados do estudo de cinco gramáticas do *Corpus B*, cuja selecção foi operada de acordo com as seguintes normas: escolher cinco gramáticas de cinco editoras diferentes; seleccionar gramáticas que incluam um capítulo sobre gramática do texto.

Tal como no conjunto das gramáticas anteriores, nestas começa-se por fazer uma leitura crítica dos textos de abertura, no sentido de recolher argumentos em torno da gramática do texto e de identificar o potencial instrumental desses conteúdos gramaticais. Seguidamente, descrevem-se os capítulos dedicados à gramática do texto, em duas perspectivas: comparar os conteúdos comuns às cinco gramáticas e descobrir novidades introduzidas pela Terminologia Linguística de 2004.

A G01, na sua “Introdução” (p. 3), afirma o objectivo instrumental deste compêndio, mesmo sem se referir às competências textuais: “A elaboração de *Gramática aplicada* teve por objectivo prestar apoio directo e acesso fácil aos processos de aperfeiçoamento de competências em Língua Portuguesa, considerando sempre a interacção do conhecimento explícito da língua com o desempenho da escrita e da leitura.” Ora, segundo a autora, as competências resultam de uma aproximação do saber explícito sobre a língua com as competências verbais, sobretudo as de leitura e escrita, onde estarão implicados os conhecimentos sobre gramática textual.

A G02, no seu texto de abertura (p. 6), esclarece que, antes mesmo de entrar no “núcleo duro da gramática da língua: a sintaxe e a morfologia”, esta gramática inclui dois capítulos sobre as questões da “pragmática e linguística de texto”, que comprovam as dimensões discursivas e textuais desta obra: “dimensão pragmática da língua” e “texto escrito”.

Os autores da G05 (uma das mais bem sucedidas no mercado editorial) são muito parcios em palavras, num texto de abertura de duas linhas (p. 19), apontando apenas (o que parece estratégico) o argumento da utilidade da sua obra: “Apresentamos esta versão da *Gramática do Português Moderno* na esperança de que possamos ser úteis.”

Por seu lado, na G07, cujas autoras insistem repetidamente no carácter inovador da obra, não se lêem referências explícitas ao valor da gramática textual para a promoção de competências. Encontram-se, isso sim, afirmações (p. 3) sobre “uma profunda remodelação da anterior versão”, sobre o facto de esta não ser “uma gramática no sentido restrito” e sobre “uma diferente abordagem dos conteúdos gramaticais” em consequência das alterações da TLEBS⁶. Mesmo com uma adaptação à Nova Terminologia, estas autoras não se referem à gramática do texto.

⁶ A repetição, por quatro vezes, da sigla TLEBS (Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário) é um indício certo de como as “novas” gramáticas sentem necessidade de apelar para o cumprimento dos textos reguladores.

Finalmente, a “Introdução” da G10 (p. 5), para além de a definir como uma “gramática pedagógica”, de apontar para a sua “forma reflexiva” e de referir (sem os identificar) que foram os “programas de Língua Portuguesa” que levaram à reapreciação das “propostas para o ensino do português”, nada acrescenta sobre as alterações introduzidas pela TLEBS nem refere as potencialidades da gramática do texto na expansão das áreas da gramática escolar.

Passando agora à descrição dos capítulos das gramáticas, o que se verifica, desde logo, é que há três delas (G05, G07, G10) que atribuem o mesmo título “Pragmática e linguística textual” ao capítulo da gramática do texto. Porque este título parece constituir uma apropriação não declarada de uma alínea da TLEBS – “B7) Pragmática e linguística textual” (Ministério da Educação, 2004: 7314), poderia haver aqui uma referência à Nova Terminologia – o que não acontece em nenhuma das gramáticas, mesmo no caso daquelas que na capa dizem estar de acordo com a TLEBS, o que estas cinco gramáticas fazem.

Por outro lado, no aspecto particular que usámos como termo de comparação para as gramáticas do *corpus* A (os tipos de texto), o que se pode concluir é que há uma coincidência quase total quanto ao número de tipologias textuais (seis, como na TLEBS) e quanto à designação e às características dessas mesmas tipologias. As únicas alterações que se identificam são a ordem de apresentação dos tipos de textos e a maior ou menor caracterização que elas merecem, o que se reflecte no número de páginas e na indicação das propriedades textuais de cada tipo de texto.

Tendo presente a questão dos tipos de texto, vejamos a seis categorias que se indicam:

G01 – sequência textual narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa, dialogal, instrucional;

G02 – protótipo textual narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo-explicativo, injuntivo-instrucional, dialogal-conversacional;

G05 - protótipo textual narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo-explicativo, injuntivo-instrucional, dialogal-conversacional;

G07 - sequência narrativa, descritiva, injuntiva-instrucional, dialogal; argumentativa, expositiva-explicativa;

G10 - texto narrativo, descritivo, dialogal-conversacional, argumentativo, expositivo-explicativo, injuntivo-instrucional.

Assim, com esta simples análise, verifica-se que as tipologias textuais são exactamente as mesmas nas gramáticas e na TLEBS, sendo que, neste caso, só se enumeram as seis categorias. No caso das gramáticas, é feita uma definição e uma exemplificação dos tipos de texto, com um desenvolvimento também ele coincidente entre as várias gramáticas.

Enfim, a TLEBS renova-se e as gramáticas adaptam-se; faltaria agora verificar até que ponto essas são alterações de superfície ou mais profundas, o que só será possível avaliar quando acedermos às práticas pedagógicas da sala de aula, tarefa que não está aqui contemplada.

Acima de tudo, o que convém, desde já, sublinhar é que as gramáticas escolares portuguesas, sobretudo as reeditadas ou publicadas depois de 2004, integram, de modo crescente (e coerente com os seus discursos), pelo menos um capítulo dedicado em exclusivo às questões da gramática textual.

6. Discussão dos resultados e conclusões

Depois de analisados os textos de abertura e alguns capítulos das gramáticas anteriores (15 obras) e posteriores (10 compêndios) à TLEBS, aquilo que parece poder afirmar-se é que quantitativamente não houve grandes mudanças, já que quer no *corpus* A quer no *corpus* B são cinco as gramáticas que têm um capítulo dedicado às questões da linguística do texto.

O que as torna realmente diferentes é o facto de as obras posteriores à TLEBS, no que às tipologias textuais diz respeito, utilizarem a mesma categorização do texto regulador (a TLEBS), ou seja, descreverem seis sequências textuais: narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa, dialogal, instrucional.

E, se os alunos dominarem, efectivamente, as formas de construção relativas a estes seis tipos, conseguem desenvolver as suas competências de leitura, por um lado, e de escrita, por outro. Para tal será suficiente que entendem esses conhecimentos na sua dimensão instrumental.

Acima de tudo, mantém-se ainda válido, em nosso entender, aquilo que concluiu Castro (1995: 434), após a análise dos textos reguladores (textos programáticos e gramáticas escolares): “O que assim se configura é um panorama em que se privilegiam os conteúdos, vertidos quer nos programas quer nas gramáticas escolares, estas últimas lugar primeiro de constituição do conhecimento linguístico *pedagogicamente válido*.”

O que acontece, nestes processos de transposição didáctica, é que as gramáticas escolares, como se verificou pela análise aqui efectuada, são o lugar primeiro de apropriação dos saberes “*pedagogicamente válidos*” e determinam mesmo, mais do que os programas ou a terminologia, aquilo que os professores devem ensinar e até como o devem fazer.

Globalmente, podemos, por outro lado, considerar que os conteúdos relacionados com a linguística textual e/ou com a análise do discurso passaram a ser mais valorizadas, ora por razões científicas ora porque o documento regulador, a Nova Terminologia, a tal obrigou.

E é exactamente por essa razão que faz sentido a subtil distinção entre *saber gramática* e *saber sobre gramática*, apresentada por Crystal (1992: 8):

“Everyone who speaks English **knows** grammar, intuitively and unconsciously. / But not everyone who speaks English **knows about** grammar. ‘Knowing about’ means being able to talk about what we know.”

7. Referências bibliográficas

- Adam, Jean-Michel (1997). *Les Textes: types et prototypes*. Paris: Nathan.
- Casanova, Isabel (2009). *Dicionário Terminológico*. Lisboa: Plátano Editora.
- Castro, Rui Vieira de (1995). *Para a Análise do Discurso Pedagógico. Constituição e transmissão da gramática escolar*. Braga: Universidade do Minho.
- Crystal, David (1992). *Rediscover Grammar*. London: Longman.
- Lewandowski, Theodor (1986²). *Diccionario de Lingüística*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Ministério da Educação (1991). “Língua Portuguesa.” *Organização Curricular e Programas. Ensino Básico. 3.º ciclo*. Lisboa: Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário, Vol. I, pp. 47-72.
- Ministério da Educação (2004). “Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário.” Portaria N.º 1488/2004. *Diário da República*, I-B Série, N.º 300, pp. 7307-7315.
- Silva, António Carvalho da (2008). *Configurações do Ensino da Gramática em Manuais Escolares de Português*. Braga: CIED/Universidade do Minho.
- Xavier, M. Francisca & Mateus, M. Helena (orgs.) (1992). *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, Vol. II.